




COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2023
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2023v24i1:e61844>

Historicismo e naturalismo em Dewey: a reconstrução da filosofia

Historicism and naturalism in Dewey: the reconstruction of philosophy

**Edna Magalhães
do Nascimento***
magaledna@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo analisa o projeto filosófico de John Dewey (1859-1952) que consta de uma crítica radical à epistemologia tradicional a partir da concepção pragmatista de experiência. O *status* científico da filosofia, conforme Dewey, não exigirá uma teoria científica passível de prova, mas um programa metafísico construído a partir de lógicas situacionais. O presente artigo apresenta as dimensões históricas e científicas da metafísica empírica de Dewey, argumentando a favor da articulação entre as duas abordagens que configuram o projeto de reconstrução da filosofia. Dewey compreende que a busca dos fundamentos últimos tornou a filosofia prisioneira de uma imagem da mente como construtora de representações - algumas exatas, outras não, mas todas com a pretensão de serem estudadas por meio de métodos puros, não empíricos. Diferentemente dessa tradição que supõe uma ideia de superioridade intelectual do saber, revelado por meio de métodos não empíricos, Dewey argumenta a favor do empírico em filosofia e se coloca contra uma comum concepção da realidade como segura, regular e acabada.

Palavras-Chave: Experiência. Metafísica Empírica. Natureza. Reconstrução Filosófica.

Abstract: *This article analyzes John Dewey's (1859-1952) philosophical project, which consists of a radical critique of traditional epistemology based on the pragmatist conception of experience. The scientific status of philosophy, according to Dewey, will not require a scientific theory that can be tested, but a metaphysical program built from situational logics. The present article presents the historical and scientific dimensions of Dewey's empirical metaphysics, arguing in favor of the articulation between the two approaches that configure the project of reconstruction of philosophy. Dewey understands that the search for ultimate foundations has made philosophy prisoner of an image of the mind as a builder of representations - some exact, others not, but all with the intention of being studied through pure, non-empirical methods. Unlike this tradition that assumes an idea of the intellectual superiority of knowledge, revealed through non-empirical methods, Dewey argues in favor of the empirical in philosophy and stands against a common conception of reality as safe, regular, and finished. Keywords: Experience. Nature. Empirical metaphysics. Philosophical Reconstruction.*

Keywords: Experience. Empirical Metaphysics. Nature. Philosophical Reconstruction.

Recebido em: 26/04/2023.

Aprovado em: 16/06/2023.

Publicado em: 05/07/2023.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1 Introdução

Os problemas filosóficos desde seu nascedouro na Grécia antiga, não se constituem em elaborações puramente intelectuais. Na verdade, são problemas circunstanciados, contingentes, frutos da experiência concreta dos homens em seus contextos históricos. Entretanto, as sistematizações filosóficas das doutrinas idealistas e racionalistas parecem mostrar o contrário, tomando estes problemas reais e práticos como decorrentes

* Universidade Federal do Piauí
- UFPI.

de um saber pouco sofisticado e embrutecido pela experiência. A História da Filosofia Ocidental foi marcada por essa orientação: uma sólida concepção dualista que se definiu na clássica distinção entre mente e corpo, presente no platonismo e modernamente na filosofia de Descartes. É na direção contrária ao tradicionalismo filosófico que John Dewey se situa. Sua teoria da experiência envolve todos os aspectos e dimensões da vida e refuta as explicações racionalistas que supõem um estatuto ontológico superior aos objetos da experiência.

A Filosofia, na visão deweyana, está enraizada na experiência histórica e precisa tornar-se científica. Essa concepção de filosofia concorre para a elaboração de uma metafísica empírica. Tal noção só pode ser empregada quando se dá um sentido muito diferente do tradicional à palavra *metafísica*. O *status* científico da filosofia, conforme Dewey, não exigirá uma teoria científica passível de prova, mas um programa metafísico construído a partir de lógicas situacionais. Isto irá requerer a apresentação de hipóteses explicativas, de conjecturas exploratórias que concorram para o crescimento do saber acerca do mundo e das interações humanas. Para assegurar a constituição de uma metafísica empírica que investigue *os traços gerais da existência*, considerando todos os seus atributos e fundamentalmente a sua contingência histórica, será proposta outra forma de fazer filosofia. Dewey elege, para tanto, os fatores históricos e científicos como necessários à reconstrução.

As explicações deweyanas acerca das categorias *natureza* e *experiência* envolvem um conjunto de teses interrelacionadas que permeiam toda a sua obra, de tal sorte que, os temas desenvolvidos por Dewey, tais como, a moral, a arte e epistemologia, a democracia, a educação, têm como pano de fundo seu empirismo metafísico. A produção teórica de Dewey aponta para a possibilidade de conhecer o mundo por uma metafísica muito distinta da vigente, ou seja, por uma metafísica que aborde a experiência em suas formas não falseadas (DEWEY, 1957). Assim, designamos a metafísica de Dewey de empírica, pois segundo ela não existe a experiência sem o mundo natural. A realidade abrange somente coisas experienciadas ou experienciáveis.

Com base nessa ideia, herdeira do pensamento científico, a filosofia teria uma função instrumental na busca de soluções para os problemas humanos. Dewey parte da mesma concepção de verdade de James, segundo a qual só faz sentido compreendê-la como um expediente em nossa maneira de pensar e cujo fim é ajudar a mantermos relações satisfatórias com a nossa experiência. O presente artigo apresenta as dimensões históricas e científicas da metafísica em empírica de Dewey, argumentando a favor da articulação entre as duas abordagens que configuram o projeto da filosofia de reconstrução da filosofia.

2 O fluxo contínuo da experiência

O projeto filosófico de Dewey busca uma via média entre o idealismo e o empirismo, utilizando-se de uma perspectiva que articula o historicismo e o cientismo. A noção que Dewey oferece para superar os dualismos da filosofia tradicional tem como ferramenta principal a inteligência atuando no sentido de resolver problemas e fornecer sentido, num *contínuo fluxo da experiência*. Com essa categoria ele reconhece a força vital que impulsiona os organismos na atividade de produção da vida. A *experiência* é a assinatura principal da filosofia de Dewey, tanto para a análise histórica quanto para a sua dimensão científica. Dessa maneira, deixemos que o próprio Dewey caracterize a *experiência*:

A experiência ocorre continuamente, porque a interação da criatura viva com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver. Em condições de resistência e conflito, aspectos e elementos do próprio organismo e do mundo que estão implicados nesta interação, qualificam a experiência com emoções e ideias para que a intenção consciente emergja. (DEWEY, 1934, p. 36).

O trecho acima deixa claro o quanto Dewey é influenciado pelos estudos do evolucionismo e em particular pelos esquemas darwinistas. Isso o leva a afirmar que o pensamento surge de uma imperiosa necessidade prática. Essa necessidade prática nos remete à condição humana, que é derivada da interação que o homem estabelece com o ambiente tendo em vista sua sobrevivência. Desse modo, o conceito de *experiência* em Dewey se inspira na noção darwinista do ser vivo interagindo com o ambiente, o que envolve tanto a dimensão científica da conjectura quanto a dimensão histórica da vida social. Essas duas dimensões não se opõem, mas se complementam. Sua concepção de *ciência*, que provém da ideia de uso inteligente da experiência, não exclui a compreensão de que a investigação deve estar associada permanentemente à sua função social. Portanto, seu projeto de reconstrução da filosofia tem por finalidade superar a noção clássica de uma racionalidade intrínseca às coisas e doadora de sentido.

Assim, Dewey elabora um retrato histórico e científico sobre a formação da consciência humana como algo que não é dado, mas sim construído num longo e dramático processo. O homem não é o “dono da razão” ou um ser superior com uma vocação transcendental, mas um organismo que se desenvolveu num contínuo processo de amadurecimento de seus esquemas biológicos, sociais e históricos, enquanto atributos de interação ambiental. O conhecimento é um processo natural, não deve ser visto como algo resultante de uma consciência doadora de sentido, de um sujeito representacionista, mas sim como produto das relações das existências ou dos diversos eventos naturais, ou seja, o conhecimento precisa ser visto como um problema natural, que deve ser estudado com base em métodos naturais. Conforme Dewey, o conhecimento é uma percepção das conexões de um objeto que o torna aplicável em uma dada situação. Portanto, tem sempre uma função instrumental.

Para Dewey, tanto a filosofia quanto a ciência, a religião e as artes fazem parte da cultura, partilhando as suas tensões e suas distorções incontornáveis. Esta tese social é consequência da sua explicação naturalizante da experiência. Por essa perspectiva, Dewey mostra a necessidade de se utilizar a técnica de análise do método histórico e genético para compreender o processo de formação da consciência.

Com essa análise ele quer descobrir as origens das dualidades presentes nas primeiras experiências do ser humano, marcadas pelas primitivas reações do homem a seu entorno e o congelamento subsequente dessas respostas pelas instituições sociais. Este tipo de análise histórica orienta toda a sua filosofia. Embora Dewey nunca tenha escrito uma grande obra sobre a história da filosofia, todos os assuntos por ele examinados o foram realizados a partir de uma perspectiva histórica. Como frisamos, subjacente a esse interesse está a suposição evolucionista de que os problemas filosóficos têm uma história natural, como no caso do dualismo clássico entre realidade e aparência (GEIGER, 1958).

Conforme Dewey, as concepções que predominavam na filosofia tradicional se fixaram no paradigma da mente. Com isso, postulou-se o pressuposto da superioridade do fixo e do final, sendo que tudo o que repousava sobre as questões relativas à mudança era visto como sinal de erro e de irrealidade. Os dualismos legaram distinções arbitrárias entre *natureza* e *experiência*, bem como a distinção entre o que é particular e contingente, na experiência, e o que é universal, como as leis e os princípios racionalmente determinados.

Entretanto, para Dewey, quando Darwin pôs suas mãos sobre a arca sagrada da permanência e das formas fixas e absolutas e começou a tratar as ideias de *fixidez* e *perfeição* como algo que deveria desaparecer, ele apostou que *A origem das espécies* introduziria um modo de pensar diferente, obrigando o conhecimento a operar por outra lógica e estendendo essas descobertas para o campo moral, político e religioso (DEWEY, 2011). Essa outra lógica, que propõe o deslocamento das questões das formas fixas e imutáveis, das essências para o âmbito da experiência, é uma espécie de protesto contra o modo clássico de operar em que já dura mais de dois mil anos.

Como escreveu Geiger (1958), Dewey nasceu em 1859, o ano em que Darwin publicou *A origem das espécies*. Isto em si é apenas uma coincidência casual, mas para bem longe da mera casualidade, o fato é que Dewey viveu por quase noventa e três anos, justamente no período em que as teorias

darwinistas tiveram seu maior impacto. Dewey tem uma visão de longo prazo do desenvolvimento de novas ciências e tecnologias, bem como da colisão entre essas ideias e os costumes de uma cultura pré-evolutiva e pré-naturalista.

Dewey sugere uma noção de *evolução* que aceita a continuidade biológica, que inclua, entre outras coisas, a crença de que seres vivos não são divididos em seu ambiente de forma irrecuperável e que a experiência consciente e a natureza não são incompatíveis. O conhecimento é, portanto, uma questão de participação vital no mundo.

Assim, a tendência pragmatista, nessa versão deweyana, entende o conhecimento como adequação entre os seres humanos e seu ambiente, com isso se insurgindo contra as construções metafísicas clássicas que buscam o fundamento último da realidade, obtido pela via transcendental. Os pragmatistas saem em busca de explicações menos ambiciosas, muito mais marcadas por um caráter pontual e até mesmo falibilista. Por essa perspectiva o conhecimento é instrumento para a ação, fundado nas contingências de nossas explicações (PINTO, 1999).

Não basta, para Dewey, argumentar a favor de uma nova filosofia. É necessário todo um esforço de reconstrução dela como condição para a superação de uma abordagem reducionista do conhecimento, é necessário, portanto, uma filosofia que esteja conectada à experiência. A filosofia, na reflexão deweyana, terá como tarefa o oferecimento de hipóteses explicativas sobre os fenômenos humanos, com a sensibilidade de abarcá-los em sua integridade. Dewey não oferece uma explicação da filosofia enquanto relato sobre modos de vida ou de como deveríamos falar de nós mesmos, dos outros e dos fatos, enfim, não se trata de redescrevê-la, mas reconstruí-la numa perspectiva que articule a experiência histórica a uma metodologia científica.

3 A reconstrução da filosofia

No decorrer dos oito capítulos que compõem a obra *Reconstruction in Philosophy*, Dewey desenvolve uma discussão sobre o caráter histórico e social da filosofia, realizando um diagnóstico crítico da tradição filosófica em suas vertentes idealista e racionalista. Nessa obra, ele oferece uma atenção crítica à filosofia tradicional, mas adverte que, longe de constituir uma desconsideração às filosofias do passado, ele busca uma filosofia que desempenhe, em nossos dias, o mesmo papel outrora desempenhado pelas grandes filosofias em benefício de culturas que lhes serviram de berço (DEWEY, 1957).

Considerando o contexto posterior à Segunda Grande Guerra, marcado pelo momento de crise em relação ao legado da filosofia e da promessa de recuperação de uma racionalidade promissora para o homem, a obra *Reconstrução em Filosofia* obteve uma segunda edição em 1948, vinte cinco anos depois de publicada. Nela Dewey reitera o quanto é necessário pensar em uma Reconstrução da Filosofia, inclusive almeja que o título de sua obra tenha esse caráter, propondo, ao invés de uma Reconstrução em Filosofia, que seja uma Reconstrução da Filosofia. Este desafio decorre do fato de que a experiência das duas grandes guerras mundiais colocou em xeque as ideias filosóficas dominantes, que viram o predomínio da irracionalidade e do uso belicoso do conhecimento se confrontando com a ideia de racionalidade ocidental, antes tão efusivamente exaltada.

Diante disso, Dewey constata a indiferença das pessoas para com a filosofia. Poucas depositam confiança nesse saber para se pronunciar sobre os problemas do presente. É possível, conforme Dewey, que este desinteresse seja justificado em função do alheamento a que a própria filosofia se impôs, ao afastar-se das questões da existência real de homens e mulheres e continuar sua busca pelo imutável e o eterno, repisando os sistemas do passado. Tal situação seria um campo fértil para a reconstrução de princípios filosóficos que articulassem teoria e prática, sobretudo porque Dewey entende que os acontecimentos levam à conclusão de que a filosofia, seus estudos e campos brotam das pressões sociais, dos acontecimentos, das solicitações que se manifestam na vida comunitária e, portanto, das

transformações que a vida humana atravessa a partir das crises que oferecem novas possibilidades de mudança para a humanidade.

Dewey mostra o quanto à filosofia pode ser útil se promover uma mudança radical em seu objeto de conhecimento. Ela precisa considerar o conhecimento como resultante da investigação e de procedimentos empíricos e não como algo adquirido pelo poder extraordinário das faculdades da razão. Nenhuma filosofia logrará êxito e crescerá se continuar presa às mesmas questões e problemas filosóficos do passado. Será necessário, no trabalho reconstrutivo, saber de onde e de que forma os sistemas do passado necessitam ser reconstruídos no presente (DEWEY, 1957).

Desse modo, Dewey se opõe às teorias do conhecimento tradicionais que não consideram adequadamente a experiência, ressaltando apenas sua participação na produção de teorias, dissociando-as das contingências em que elas são forjadas. Assim, em sua crítica, Dewey reitera que os eventos do cotidiano não são levados em consideração na produção do conhecimento e a filosofia torna-se uma entidade abstrata que se supõe pairar acima ou além da vida, quando na verdade o que temos são influências sociais operando na fixação e na organização de doutrinas e cultos, imprimindo traços gerais à imaginação e às regras gerais de conduta, necessários à formação de toda e qualquer filosofia.

Preocupado em descrever o processo natural de constituição do conhecimento e afirmar que caberá à nova teoria considerar como o conhecimento se processa, em vez de supor que ele provém do trabalho especulativo da razão, Dewey desenvolve uma análise histórica da constituição de nossas crenças e saberes. Conforme Dewey, a verdade é que o homem difere dos animais inferiores pelo fato de arquivar suas experiências passadas, de não só conservar, mas também de recordar, de rememorar. A rememoração atende ao interesse presente, imediato. Esse *traço* distingue a humanidade da animalidade. A memória emotiva é mais acentuada que a intelectual ou prática. Desse modo, a consciência ordinária do homem espontâneo é resultado dessas forças, um misto de sentimento e memória, mais do que de estudo e pesquisa.

Assim, Dewey descreve o processo de racionalização do mito e a separação da teoria e da prática, caracterizando o homem, em suas origens, como vivendo em um mundo aleatório. Sua existência se parece com um jogo de azar, ele não está seguro, muito ao contrário, é inseguro, instável e a sua vida implica o acaso. Diante da precariedade do mundo, ao tentar dar sentido à experiência, o homem recorreu, inicialmente, às forças mágicas e construiu os mitos. Depois de terem eles caído, substituiu-os por outras ideias tranquilizadoras, como a *imutabilidade do ser*, o *processo universal*, a *racionalidade do universo*. Dewey formula uma contraposição teórica aos pensadores que, na sua visão, buscam sempre o que é seguro e estável em filosofia.

Ao se reportar a essa etapa social primitiva, Dewey identifica nesse estágio a origem da clivagem na cultura humana e mostra como os dualismos da filosofia podem ser revelados pelos modos de vida do homem. Assim, a clivagem entre *aparência* e *realidade* vem de longa data, não é mérito de uma filosofia nascente. Portanto, devemos considerar que o homem em sua condição original sempre se viu enfrentando um mundo escuro, incerto, cheio de perigos e mistérios. A filosofia, aparece como algo que poderia propor o que Dewey chama de “a busca de segurança”. Assim, a metafísica ou pelo menos uma espécie de *proto-metafísica* aparece na cena do humano, enquanto um dispositivo que contribuiria com ordem e racionalidade para as crenças e práticas criativas do homem primitivo. Essas crenças e práticas foram dirigidas em grande parte à tarefa de ajudar a corrigir as imperfeições deste mundo através da celebração de um mundo alternativo (GEIGER, 1958).

Para entrar em contato com um mundo tão absolutamente confiável se demandaria uma técnica especial. Esta seria uma forma de saber considerado certo, ou seja, o saber racional, universal, portanto, revelador, muito diferente do modo desastrado dos sentidos, utilizados pelos artesãos e pelos cientistas primitivos, os quais se deixaram envolver apenas por um mundo de meros fatos, de imperfeição e de incerteza, em suma, por um mundo de aparência. O saber capaz de produzir segurança será apanágio

de determinados homens, filósofos ou sacerdotes, que supostamente manteriam contato direto com a realidade autêntica através de um método sutil e extraordinário.

É certo que, no estágio anterior ao pensamento racional, o homem, em meio às suas crenças e tradições, desenvolveu a noção de *experiência* para além da ideia do verdadeiro e do falso, ou seja, fora das categorias do *racional* ou do *irracional*. Ocorre que, nesse percurso, gradualmente vai-se desenvolvendo um corpo de generalizações sobre os costumes e os fatos observados e tais conhecimentos vinculam-se à ação contínua e regular do homem, tendo em vista a sua sobrevivência. Na medida em que os ofícios se complexificam, alargam-se os conhecimentos positivos, que se tornam mais elaborados e possuidores de maior alcance. Assim o desenvolvimento das artes e técnicas de trabalho engendra o bom senso em relação à natureza e origina a ciência. Essas artes fornecem não apenas o conhecimento positivo, mas as habilidades adquiridas no uso de materiais, fornecendo condições para o desenvolvimento de hábitos mentais de experimentação, até que seja atingido um ponto em que o uso dessas artes se afaste totalmente do costume e da rotina (DEWEY, 1957). Dewey explica que,

Por muito tempo, o corpo imaginativo de crenças intimamente ligado aos hábitos morais de um grupo comunitário, com suas indulgências e consolações emocionais persiste lado a lado com o corpo crescente de conhecimentos práticos. Sempre que possível, eles são entrelaçados. Em outros pontos, suas inconsistências impedem seu entrelaçamento, mas as duas coisas são mantidas separadas em compartimentos diferentes. Visto que um (corpo de crenças) está meramente sobreposto ao outro, sua incompatibilidade não é sentida, e não há necessidade de reconciliação. Na maioria dos casos, os dois tipos de produtos mentais são mantidos separados porque se tornam propriedade de classes sociais separadas. (DEWEY, 1957, p. 12).

Essas considerações são importantes porque gravitam em torno da questão sobre a origem da filosofia. Dewey mostrará que a transição na maneira de entender o mundo, com novas disposições internas, intelectuais e emotivas, foi-se desenvolvendo em função das condições ambientais e sociais dadas, nesse estágio caracterizado pelas artes e técnicas até o advento da filosofia como reflexão contemplativa da realidade. Esta reflexão, mesmo determinada pelas condições sociais, subestimou e desprezou as esferas do fazer e das coisas materiais, uma vez que a divisão social de classes impunha a separação entre teoria e prática.

Dewey relaciona os fatores histórico-sociais às concepções filosóficas, de tal forma que a filosofia desde o seu nascedouro refletiu as condições de vida da sociedade em que se originou. A divisão social entre o fazer e o saber refletiu as condições reais de vida na Grécia, essa divisão se generalizou na clássica separação entre teoria e prática. Com isso Dewey sustenta que: Tal divisão refletia, na época, a organização econômica em que o trabalho “útil” era geralmente executado por escravos, dele isentado os homens livres, que justamente por esse motivo eram livres (DEWEY, 1957).

Dewey argumenta que as condições reais de vida na Grécia, particularmente em Atenas, no momento da gênese da filosofia, expressavam uma nítida divisão entre fazer e saber, divisão essa que se generalizou numa separação total entre teoria e prática. Dewey associará o pensamento filosófico a uma concepção social de mundo, sendo impossível desconhecer os determinantes históricos dessa atividade.

Façamos uma pausa para fazer um balanço dos resultados. A divisão do mundo em dois tipos de ser, um superior, acessível apenas à razão e, o outro inferior, material, mutável, empírico, acessível à observação dos sentidos, transforma-se inevitavelmente na ideia de que o conhecimento é contemplativo por natureza. Ele pressupõe um contraste entre teoria e prática, o que foi uma desvantagem para esta última. (DEWEY, 1957, p. 121).

Dessa maneira, o modelo social e político tem relação direta com o modelo filosófico e científico. No processo social de divisão do saber, as crenças religiosas e poéticas assumem valor superior na ordem política e social e conseqüentemente são produtos mentais confiados à guarda de uma classe superior, enquanto os detentores dos conhecimentos práticos, operários, artífices, passam a constituir a classe inferior. Na Grécia, por exemplo, esta relação concorreu para retardar o emprego do método experimental. Ali, o conhecimento empírico afrontava o espírito das crenças tradicionais. Assim, a filosofia legou descrédito e a perseguição à sofística; o ponto de vista da experiência e o domínio da prática feneceram depois de Sócrates. Em Platão, predomina a exclusão da empiria e em Aristóteles, que embora tenha feito a filosofia descer do céu à terra, ainda se percebe a prisão à fé tradicional na razão. O fato de os sofistas terem sido depreciados por Platão e Aristóteles demonstra que, para os primeiros, a questão primordial era a luta entre os dois tipos de crenças, o conhecimento prático e o conhecimento teórico. Essa luta produziu um sistema de crenças religiosas e um código de comportamento moral. Entretanto, Dewey considera que Sócrates pode ser considerado um filósofo que buscou a reconciliação entre teoria e prática.

Embora Sócrates estivesse, sem dúvida, sinceramente interessado na reconciliação dos dois lados, o fato de ele abordar a questão pelo lado do método factual, dando primazia a seus cânones e critérios, foi suficiente para levá-lo à condenação da morte, como alguém que desprezou os deuses e como um corruptor da juventude. (DEWEY, 1957, p. 14).

As elaborações filosóficas que predominaram no mundo grego não podem ser consideradas apenas mérito de mentes privilegiadas, mas sim decorrências do modo de organização social e do processo cultural do mundo antigo. O conteúdo filosófico foi dado pelas condições sociais e pela autoridade vigente. Dessa forma, as questões da fé religiosa e dos costumes foram objetos de interesse da filosofia clássica cujo procedimento desenvolveu os conflitos entre dois tipos de realidades, o reino superior das coisas espirituais e o reino inferior das coisas práticas. Os sistemas antigos “refletem as concepções pré-científicas do mundo natural, a situação pré-tecnológica do mundo da indústria e a situação pré-democrática do mundo político do período em que suas doutrinas tomaram forma” (DEWEY, 1957, p. 14), de tal maneira que a filosofia, no seu berço, mesmo com o caráter criativo do conhecimento, é retrato desse mundo social que Dewey descreveu.

Platão e Aristóteles refletiram com intensidade o significado e os hábitos da época em que viveram, de tal modo que seus escritos continuam sendo, ao lado daqueles dos grandes dramaturgos, a melhor introdução para os mais íntimos ideais e aspirações da autêntica vida grega. Por isso, Dewey declara “sem a religião grega, sem a arte grega, sem a vida cívica grega teria sido impossível a filosofia” (DEWEY, 1957, p.19). Portanto, é um fato histórico que os filósofos cumpriram sua tarefa levando em conta o clima cultural e o peso da tradição. Tal reconhecimento é indispensável na obra realizada pelos homens de ciência.

Desse modo, a ideia de *reino superior do ser*, antes apanágio da religião, foi herdada pela filosofia. Por exemplo, a filosofia primeira de Aristóteles é, sem dúvida, uma teologia. Entre os pensadores gregos, os argumentos divinos, os argumentos epistemológicos sobre o conhecimento da verdade e os argumentos sobre o bem supremo dialogam com os mitos. A ação do divino sobre o mundo foi subtraída do mito e passou a ser controlada pela razão. Ao favorecer a divisão entre dois tipos de conhecimento, um da certeza demonstrativa e outro da opinião e da mudança, a filosofia não deixou espaço para nenhuma conexão entre o estável e o mutável, este último considerado ontologicamente inferior. Assim, o verdadeiro problema da filosofia não parece ser de conteúdo e sim de forma; é o problema da interação entre pensamento e ação. Nas palavras de Dewey:

A reflexão grega, levada a cabo pela classe ociosa no interesse de liberalizar o lazer, era preeminentemente a do espectador, não a do participante nos processos de produção. Trabalho, produção, não pareciam criar a forma, lidavam com a matéria ou mudava as coisas, apenas para fornecer uma ocasião para a encarnação de formas antecedentes na matéria. Platão estava tão preocupado com as consequências dessa ignorância da forma por parte de todos os que vivem no mundo da prática, industrial e política, que elaborou um plano pelo qual suas atividades pudessem ser reguladas por aqueles que, acima do trabalho e do enredamento na mudança e na prática, preveem em leis formas de moldar os hábitos de quem trabalha. (DEWEY, 1958 p 91).

Nessa caracterização histórica, desenvolvida para justificar socialmente o emaranhando de dualismos da tradição filosófica ocidental, Geiger argumenta que, para Dewey, tanto a religião cristã como os demais sistemas oficiais de metafísica europeia, baseados na noção dualista grega dos dois mundos de realidade e aparência, de forma e matéria, ofereceram uma versão sofisticada e racionalizada para a necessidade de um paraíso celeste compensatório de bens absolutos (GEIGER, 1958).

A necessidade de reconstrução da filosofia aponta para a mudança em seu método e em sua estrutura de pensamento. O desafio de uma filosofia da contingência é necessário no mundo contemporâneo, este é o desafio do pragmatista. Desse modo, é possível concluir que existem razões históricas pelas quais as revoluções científicas dos séculos XVI e XVII não conseguiram promover um forte impacto moral no ambiente cultural e filosófico, dominado pelo conceito de valor intrínseco, valor de repouso, entre outras categorias. Isso ocorreu porque, conforme Geiger, tanto a filosofia quanto a teologia haviam conspirado para manter viva uma dicotomia que remonta à primeira resposta perplexa do homem ao seu ambiente, enfrentando assim a revolução científica com uma desesperada contrarrevolução que ainda hoje permanece (DEWEY, op.cit).

Assim como Heidegger, que discute a maneira como a ontologia grega cindiu o homem ou promoveu a desintegração do Ser, Dewey revela que a filosofia desenvolveu a competição entre argumentos e a interpretação técnica do pensamento, separando a contemplação da ação. Nosso autor argumenta que essa distinção é histórica e contingente: “a filosofia herdou o reino de que a religião tinha se ocupado” (DEWEY, 1957, p. 17). Dessa forma, a ontologia tradicional designou as categorias do *Ser*, da *Natureza*, do *Cosmo*, da *Realidade* e da *Verdade* para referir-se a algo fixo e imutável e, portanto, fora do tempo, ou seja, para referir-se a algo na condição de *ente* eterno. Isto posto, é possível afirmar que a metafísica clássica, com sua *universalidade*, fez-se substituída do costume como fonte de garantia dos mais elevados valores morais e sociais.

Dewey combate a noção de *universalidade* nos moldes da filosofia clássica, embora argumente que uma filosofia da experiência como a almejada por ele não faça objeção à universalidade. Ocorre que, no âmbito do naturalismo, falar de *universalidade* significa reconhecer que tudo é movido pelo processo. A universalidade existe, mas possui caráter relacional. A universalidade aqui pretendida não é dada por um conteúdo inerente fixado por categorias como a *Natureza* ou o *Absoluto*, mas é medida por sua capacidade de aplicação, isto é, por sua capacidade de regular e ordenar os sistemas com base na qualidade vital do gênero que impulsiona a mudança, qualidade essa que Dewey chama de *crescimento*. Essa categoria de *crescimento* é por ele usada para se opor à pretensão das filosofias clássicas de considerarem as suas conclusões como sendo as últimas, e como tais, “insuscetíveis de se desenvolverem noutra sentido que não seja a extensão meramente quantitativa” (DEWEY, 1958, p 09).

Dewey argumenta que, nessa salvaguarda mágica contra a índole incerta do mundo, o saber racional se esforça por negar o acaso e adota o discurso da universalidade necessária, do princípio da causalidade mecanicista, determinando todos os processos através da uniformidade da natureza, a favor do progresso universal por meio do combate e do controle da irracionalidade imanente ao mundo. A ideia de *universalidade do ser eterno* paira além de todas as variações do espaço. Entretanto, conforme

Dewey, os filósofos refletiam a partir de crenças populares generalizadas, correntes numa época em que as noções de *espaço* e de *tempo* não só eram independentes entre si, mas também das coisas e dos acontecimentos. Segundo Dewey essa “ciência primitiva” forneceu os pressupostos e a estrutura sobre a qual a filosofia se ergueu. Nesse sentido, Dewey declarou:

É suficiente para nossos propósitos que, sob influências sociais tenham ocorrido à fixação e organização de doutrinas e cultos e que graves traços gerais se impuseram para a imaginação, bem como regras gerais de conduta. Tal consolidação foi um antecedente necessário para a formação de qualquer filosofia como nós entendemos esse termo. (DEWEY, 1957, p.9).

A marcante vertente social em Dewey o leva a considerar que a sistematização e a obrigatoriedade de determinadas doutrinas são resultantes, dentre outros fatores, da conquista política, uma vez que a unificação das crenças, antes livres e incertas, tem como consequência o jogo imperativo do poder político que induz o governante a centralizar as tradições e crenças e ampliar seu prestígio e autoridade. Desta forma, as grandes cosmologias e as tradições éticas repousam em solo histórico, derivam dos fatos, essencialmente dos fatos sociais e políticos.

O tratamento dado por Dewey à questão da origem da filosofia em seu caráter histórico e social traz como consequência à emergência da experiência – tese principal de sua metafísica empírica. Dewey afirma que a experiência tem seus equivalentes em atividades como a história, a vida e a cultura. Ele abarca um conceito amplo de *cultura*, que reúne o conhecimento, a fé, a arte, a moral, os costumes e todas as demais capacidades do ser humano enquanto membro de uma sociedade. Na sua concepção, a realidade cultural não é meramente determinista, tampouco acidental, nunca inteiramente psicológica, mas combina tudo isso na sua existência concreta. Dewey conjuga várias áreas do conhecimento na construção dos contornos de sua metafísica. Ele traz elementos da antropologia, da análise histórico-social e da psicologia como contribuições de ciências que tomam a experiência como ponto de partida e de chegada do conhecimento.

Nesse sentido, ele valoriza os dados da experiência, tão relegada pela filosofia tradicional, mostrando a complexidade das relações de natureza social, cultural, histórica, religiosa, artística, enfim, o próprio fazer humano em sua totalidade como resultante dos diversos domínios da vida. A racionalidade que Dewey interpreta é histórica, o processo é cultural e social. Essa racionalidade é marcada pela presença do diverso, da diferença, de elementos do acaso, da sorte etc. Para fundamentar sua metafísica empírica, de caráter histórico, Dewey recorre à antropologia para mostrar, por exemplo, a relação entre instabilidade e estabilidade social, na constituição das religiões, na constituição da moral, do direito, da arte e da indústria.

Não será seu propósito um estudo antropológico da instabilidade do mundo e de como seu desconforto gera a busca pela estabilidade espiritual ou material, mas ele lança mão dos dados da antropologia para refletir sobre suas consequências e ramificações no âmbito da filosofia. Mesmo que os filósofos tradicionais negligenciem o mundo das coisas empíricas, não há como evitar o ter de lidar com ele, na sua rudeza, o que implica o inseguro, o acaso, o imprevisível, o inominável etc. Os estudos da antropologia mostram que o homem em sua experiência mais primitiva é dominado pelo terror, pelo medo do inesperado, do perigoso, de maneira que a voz do homem primitivo é a própria voz da natureza, a natureza na qual seguimos vivendo. Estas coisas são tão verdadeiras hoje como eram nos dias da cultura primitiva.

Entretanto, essa constatação não significa prescindir da filosofia ou defender o irracionalismo. Para Dewey, foi o espírito crítico e pesquisador que superou as antigas formas de pensar. Para ele, a “tradição era nobre quanto ao fim e alcance, porém incerta quanto aos fundamentos” (DEWEY, 1958, p.42). Isso não quer dizer que sua rejeição à filosofia dos fundamentos represente uma rejeição à própria filosofia.

Ele quer que a filosofia possa se reencontrar com alguma parte de seu passado, especialmente quando retoma Sócrates com sua máxima: “uma vida sem exame não merece ser vivida”. O problema consiste na pretensão da filosofia em oferecer uma resposta conclusiva às interrogações sobre o mundo, quando na verdade ela nada pode oferecer, além de hipóteses, sendo que estas só têm valor quando tornam a mente humana mais sensível à vida circundante.

Vimos que todos os grandes sistemas filosóficos estão conectados a um solo comum de crenças. Essas crenças precisam passar pelo crivo da demonstração, sendo submetidas ao filtro da lógica, da definição exata, pois as autoridades antigas já não mais forneciam apoio às antigas crenças. Assim, a filosofia, no âmbito da discussão histórica de sua origem, recebeu a missão de chegar à realidade final e transcendental, prevalecendo a sua pretensão de justificação lógica racional, sendo relegado o mundo empírico ao segundo plano.

Visto que visava a uma justificativa racional de coisas que haviam sido anteriormente aceitas por causa de sua congênere emocional e prestígio social, teve que aproveitar muito o aparato da razão e da prova. Por causa da falta de racionalidade intrínseca nas questões de fato, métodos mais simples e rudes de demonstração podem ser utilizados. Basta, por assim dizer, produzir o fato em questão e apontá-lo – a forma fundamental de toda demonstração. Mas quando se trata de convencer os homens da verdade de doutrinas que não devem mais ser aceitas com base no costume e na autoridade social, mas que também não são capazes de verificação empírica, não há recurso a não ser para magnificar os sinais de pensamento rigoroso e demonstração rígida. Assim surge aquela aparência de definição abstrata e argumentação ultracientífica que afasta tantos da filosofia, mas que tem sido uma de suas principais atrações para seus devotos. [...] Na pior das hipóteses, isso reduziu a filosofia a uma exibição de terminologia elaborada, uma lógica arrasadora e uma devoção fictícia às meras formas externas de demonstração abrangente e minuciosa. Mesmo na melhor das hipóteses, isto tende a produzir um apego superdesenvolvido ao sistema para seu próprio bem e uma pretensão excessivamente pretenciosa de certeza. (DEWEY, 1957, p. 21).

Portanto, a filosofia se desenvolveu com base no método da pesquisa e da prova racional, sua intenção foi assentar em bases sólidas os elementos essenciais das crenças por meio de um método de conhecer que “purificasse” a tradição e preservasse os valores morais e sociais, de tal forma que seu fundamento não fosse identificado com hábitos do passado, mas com a genuína metafísica do ser. Pode-se dizer que a metafísica clássica se constituiu a partir da substituição do costume, servindo como garantia de elevados valores morais. No entanto, ao escolher as formas eternas e hierarquizar os “reinos”, ao desqualificar a experiência contingente, a vida social, a prática, a filosofia fundou as “ninhadas de dualismos”, que se desenvolveram na filosofia clássica desde Platão e Aristóteles e se renovaram na filosofia cristã e na filosofia moderna com Descartes (DEWEY, 1957, p 36).

Pelo exposto, a filosofia, conforme Dewey, não se origina de uma posição imparcial, autônoma ou imune de preconceitos: sua missão estava ligada a salvaguardar as crenças tradicionais do passado e a moral contida nelas, tendo sido inclusive o seu trabalho de crítica desenvolvido no interesse do conservadorismo. Com isso, a tarefa dada à filosofia foi a de justificar a base de motivos racionais, o espírito das crenças e dos costumes tradicionalmente aceitos. Esse modo de proceder irá se repetir e restaurar-se na Europa Medieval, de maneira que o espírito apologético da filosofia tornar-se-á, no século XII, o pensamento da cristandade medieval, cuja missão foi a de articular uma justificação racional e sistemática de si mesma se valendo da filosofia, em especial do pensamento de Aristóteles. Outras ocorrências históricas serão verificadas, pois o que se pretende dizer é que os grandes sistemas não são livres de partido, são muitas vezes exercidos em defesa de crenças preconcebidas, apesar de curiosamente professarem completa independência intelectual (DEWEY, 1957).

O modo tradicional de operar em filosofia, fundado na busca do que é imutável e eterno, sem se preocupar com o temporal e espacial, se expandiu para outras áreas da compreensão humana, constituindo no campo da moral, por exemplo, princípios e padrões éticos da mesma natureza. Essa ideia favoreceu o crescimento do profundo abismo entre a matéria natural da ciência e a matéria *extranatural* e *supranatural* da moral.

Determinadas filosofias, ao buscarem os universais e a estabilidade dos seres em essências ou substâncias generalistas, pensam ter assegurado uma suposta segurança acerca da complexidade do mundo. Muito ao contrário, por essa via, são viabilizadas interpretações céticas sobre o conhecimento. Dewey concorda com James que todas as filosofias clássicas, embora apresentem divergências entre si, têm em comum uma premissa: negam o caráter contingente do mundo e acabam transformando suas disputas, geradas por diferentes tipos de temperamento, em pleitos de família. Assim, a filosofia, ao invés de ser uma atividade dirigida pelo método empírico, denotativo e científico, vira um campo de disputas domésticas.

Os filósofos tradicionais, segundo Dewey, dividiram-se em escolas que, desejando encontrar uma essência sintetizadora da realidade, operam por meio de conceitos reducionistas, de tal forma que ora pendiam para os dados sensíveis, ora para os conceitos da matemática, ora para as coisas brutas, ora para os átomos, ora para as essências, ora para a consciência etc. Acontece que essa forma de caracterização da realidade como segura, regular e acabada não passa de uma falsificação da experiência, é preciso elaborar uma metafísica diferente. O trabalho filosófico que comporta uma visão complexa da realidade precisa administrar no âmbito temporal, no finito e humano, sua relação com o eterno e com o infinito, por meio dos elementos que nos permitam encontrar as regulações dos acontecimentos da vida.

4 Considerações finais

Na tentativa de reconstrução da filosofia, Dewey especula que se a filosofia deixasse de se preocupar com as decisões pretéritas e de justificar os velhos princípios, ela estaria abdicando da sobrecarga dada à sua tarefa pela “*metafísica balofa*” e pela *inútil epistemologia*” (DEWEY, 1957, p.131). Com efeito, o fato de a filosofia reivindicar sua atuação frente àquilo que se considera o eterno e o imutável, ao invés de valorizá-la, muito ao contrário, favoreceu não só a pouca estima, mas também a falta de confiança em suas pretensões por parte das pessoas comuns. Concretamente, pode-se dizer que a filosofia ficou escorada em velhas instituições, “cujo prestígio, influências e vantagens de poder dependem da preservação da velha ordem” (DEWEY, 1957, 131). Essa forma de fazer filosofia atende a interesses dominantes, sua função é a manutenção da ordem estabelecida, ademais difere das filosofias históricas.

No processo de reconstrução filosófica a ênfase no desenvolvimento científico é um fator fundamental para a mudança. A revolução provocada pela ciência em nossa concepção de *natureza* é incompatível com os modos pelos quais a filosofia ainda opera. Este motivo é por si só suficiente para transformar a filosofia, uma vez que ela não depende mais de uma ciência adstrita a um mundo fechado e finito, e que aceita a noção de espécies fixas e a superioridade e a imobilidade em vez da mudança e do movimento.

À guisa de conclusão, podemos pensar que o requisito primeiro da reconstrução será a mudança na concepção de *conhecimento*. Diferentemente do pensamento tradicional, o conhecimento fundado na experiência levará a filosofia a assumir sua função *social*. Nesse sentido, a reconstrução histórica da filosofia passa pela reconstrução social. Dewey ao desenvolver o retrato histórico social da constituição de nossas crenças e dos produtos filosóficos advindos daí, não se limita a diagnosticar a realidade desigual que originou os dualismos da filosofia ocidental, ele desenvolve um novo conjunto de pressupostos que articula as contingências históricas, o desenvolvimento científico com a crença na sociedade democrática.

Assim, a dimensão histórica e científica da filosofia de Dewey, se associa a sua ideia de democracia, compreendida como um modo de vida, uma maneira de conduzir as nossas experiências. Democracia

como modo de vida é uma preocupação moral, pois não há de um lado a vida democrática, e de outro lado, a vida moral. Veremos que tanto o uso do método histórico quanto o método da ciência só fazem sentido se estiverem voltados para a democracia.

A reconstrução proposta por Dewey legará virtudes necessárias ao novo “espírito”, tais como: possibilidades de abraçar a novidade, o crescimento, o respeito e a preocupação com os outros, e, sobretudo a disciplina científica. Isso é fundamental para a superação da tradição que impôs a aceitação cega do costume e o poder da autoridade. Assim, Dewey reivindica uma nova experiência que impeça o dogmatismo e o absolutismo, de maneira que, em um mundo marcado pela mudança, a tarefa constante e inevitável da inteligência seja a de fazer a mediação entre o passado e o futuro em torno de propostas experimentais em vista do bem-estar comum.

Por fim, para que o movimento filosófico atinja um grau mais elevado de progresso intelectual, é necessário dedicar-se à pesquisa dos fatos humanos ou morais. Isso consiste em se ocupar de forma sistemática desses processos, tarefa esta que exige da filosofia que ela esclareça os motivos por que deixou de existir a separação, outrora verificada, entre teoria e prática, de modo que os homens possam dizer que *teoria* significa o que há de mais prático no mundo, tanto para o bem como para o mal. Dewey propõe que a reconstrução filosófica nos livre da tarefa de escolher entre uma experiência empobrecida, de um lado, e uma razão artificial, de outro.

Referências

- ARAÚJO, Inês Lacerda. Dewey e Rorty: Um debate sobre a justificação, experiência e o papel da ciência na cultura. *Cognitio-estudos: Revista Eletrônica de Filosofia*, v. 5, n. 1, jan./jun., 2008.
- DEWEY, John. *Art as Experience*. The Berkley Publishing group. New York: Pequin Group (USA), 1934.
- DEWEY, John. *Essays in Experimental Logic*. 2 ed. Chicago: Chicago University Press, 2004.
- DEWEY, John. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications, Inc., 1958.
- DEWEY, John. *Human Nature and Conduct: An Introduction to Social Psychology*. New York: Cosimo, 2007.
- DEWEY, John. *How We Think*. New York: Forgotten Books, 1909.
- DEWEY, John. Individuality and experience. In: *Later works of John Dewey*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1984. v. 2, p. 55-61.
- DEWEY, John. *Logic: The Theory of Inquiry*. New York: Henry Holt and company, 1938.
- DEWEY, John. *Reconstruction in Philosophy*. Enlarged edition. With a new introduction by the Author. Boston: The Beacon Press, 1957.
- DEWEY, John. *Studies in Logical Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1903.
- DEWEY, John. The crucial role of intelligence. In: *Later works of John Dewey*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1987. p. 342-344.
- DEWEY, John. *The Essencial Dewey*. New York: Ed. Larry Hickman and Tomas Alexander. Bloomington, 1998.
- DEWEY, John. *The influence of Darwin on philosophy*. New York: Henry Holt and Company, 1910.
- DEWEY, John. *The quest for Certainty: a study of the relation of knowledge and action*. Minton, Balch, 1929.
- GEIGER, G. R. *John Dewey in Perspective: a reassessment*. N. York; Toronto; London: McGraw-Hill Book Co., 1958.

GOUINLOCK, James. What The Legacy instrumentalism?: Rorty's Interpretation of Dewey. In. SAAT-KAMP JR., H. J. (ed.). *Rorty and pragmatism: The philosopher responds to his critics*. Nashville and London: Vanderbilt University Press, 1995.

HEIDEGGER, M. *Basic Writings by Martin Heidegger*. KRELL, David., New York, 1977, p. 235.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. A abordagem pragmática do conhecimento. In: *A ciência e seus impasses: debates e tendências em filosofia, ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2023
e-ISSN: 2316-5278

 <https://doi.org/10.23925/2316-5278.2023v24i1:e61844>